



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS (FAECS)
CURSO DE PEDAGOGIA

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

MILENE SOUSA BRITO

ABAETETUBA/PA
2025

MILENE SOUSA BRITO

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Curso, em formato de Artigo Científico (IN- 02/2023-PROEG/UFGA), apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Rafaela Habib Souza Aquino.

ABAETETUBA/PA
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B862a Brito, Milene Sousa.
Uma análise da atuação do profissional de apoio escolar na
educação básica / Milene Sousa Brito. — 2025.
31 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Rafaele Habib Souza Aquime
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia,
Abaetetuba, 2025.

1. Profissional de apoio escolar. 2. Educação especial e
inclusiva. 3. Desafios. 4. Formação e atuação profissional . I.
Título.

CDD 371.9098115

MILENE SOUSA BRITO

**UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Curso, em formato de Artigo Científico (IN- 02/2023-PROEG/UFPA), apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Rafaela Habib Souza Aquime.

Data de aprovação: 05/05/2025

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Rafaela Habib Souza Aquime – Orientadora
(UFPA)

Profa. Dr Sérgio Bandeira do Nascimento
(UFPA)

Prof. Dr. João Paulo da Conceição Alves
(UFPA)

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, Miguel e Maria Domingas, que, sob o sol quente, com o trabalho suado e os calos nas mãos, nunca mediram esforços para me proporcionar uma educação além da que tiveram.

Saibam que, para chegar até aqui, vocês foram meus maiores incentivadores a seguir este caminho, minha força para permanecer e minha inspiração para ir além do que um dia sonhei.

Essa conquista é nossa.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estes agradecimentos com lágrimas nos olhos e o coração cheio de gratidão por ter chegado até aqui. Por meio deste texto, venho demonstrar minha profunda gratidão a todos vocês que foram essenciais nesta trajetória. Primeiramente, agradeço a Deus, ao meu Jesus misericordioso, por ter guiado meu caminho e me protegido durante toda a caminhada formativa. Obrigada por todas as bênçãos concedidas — sem os seus raios de luz, nada disso seria possível. À Divina Misericórdia, “eu confio em Vós”.

Aos meus avós, obrigada por todo o amor e carinho. Em especial à minha vó Joana (in memoriam), sou imensamente grata por todos os ensinamentos e pelo aconchego. Mesmo não estando mais entre nós, sei que estive ao meu lado em todos os momentos.

À minha amada família: vocês são meu pilar, meu porto seguro. Agradeço por sempre estarem ao meu lado quando precisei, oferecendo apoio e amor. À minha mãe, Maria Domingas, obrigada por tudo que fez por mim, por acreditar nos meus sonhos, por cuidar de mim com tanto carinho. Nunca esquecerei suas palavras doces nos momentos difíceis. Ao meu pai, Miguel, que, mesmo diante de tantas dificuldades, sempre lutou por nós e nos deu proteção e amor — obrigada por ser nosso exemplo e amigo. À minha irmã Mayara, que, com sua personalidade forte e seu silêncio cheio de significado, sempre esteve presente, me apoiando quando mais precisei.

Ao meu amado filho, Derick Miguel, que chegou como um arco-íris trazendo felicidade e os sorrisos mais sinceros. Você me ensinou a ser mãe e me apresentou ao verdadeiro amor. Obrigada por ter entrado na minha vida — você me fez renascer. Saiba que farei tudo por você.

Ao meu companheiro de vida, meu melhor amigo e parceiro no amor, que esteve ao meu lado nos momentos de alegria e tristeza: agradeço por suas palavras de carinho, pelo incentivo e por caminhar comigo com tanto apoio e amor. Você foi além do que eu poderia imaginar.

Aos meus queridos familiares, especialmente à família Paraense, muito obrigada por todo apoio e pelos ensinamentos compartilhados ao longo da jornada. Vocês foram fundamentais para minha formação acadêmica. Jamais esquecerei o quanto me apoiaram e me mostraram que o caminho da educação superior é possível.

Às minhas queridas amigas Andreina, Livia, Elizama, Thaian e, em especial, à minha parceira de todos os momentos, Karina Gonçalves — estivemos juntas em tudo. A amizade e o

apoio mútuo nos momentos de desespero foram luz no caminho. Independentemente dos rumos que cada uma seguir, estarei sempre na primeira fila aplaudindo vocês.

Aos meus educadores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, meu sincero agradecimento. Vocês foram fundamentais para a construção da profissional que estou me tornando. À minha amada orientadora, Dra. Rafaela Aquino, obrigada por acreditar em mim, por sua voz calma e serena, por tornar tudo mais leve — como flores levadas pelo vento do campo. Seus ensinamentos estarão para sempre marcados na minha vida.

Gratidão.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

DUA - Desenho Universal para a Aprendizagem

LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

NEE – Necessidades Educativas Especiais

PAE - Profissional de Apoio Escolar

PNEEP-EI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

TEA – Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEORICO	12
2.1 A educação especial e inclusiva e o PAE.....	12
2.2 A relação do PAE junto a equipe pedagógica	16
2.3 A atuação do PAE: o ensino e o trabalho colaborativos no âmbito escolar.	17
3. ESCOLHAS METODOLÓGICAS	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
4.1 Sobreposição nas atribuições dos Profissionais de Apoio Escolar	21
4.2 Formação e (Des) valorização dos Profissionais de Apoio Escolar	23
4.3 O trabalho do PAE e sua relação com a equipe pedagógica.	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Milene Sousa Brito¹

Rafaele Habib Souza Aquime²

Resumo: O estudo objetiva investigar a atuação Profissional de Apoio Escolar (PAE) na escola de educação básica. Nesta pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa com cunho bibliográfico, na qual os dados foram obtidos através de pesquisas no portal Google Acadêmico, utilizando filtros de pesquisa, sendo o primeiro o uso de termos de busca para localizar obras, sendo utilizadas a busca por palavras-chave. Ademais utilizou-se o recorte temporal dos anos 2020 – 2025, visando trazer dados atuais sobre o tema e compor a seção de resultados e discussões desta pesquisa. Neste estudo dialogamos com autores como Lopes e Mendes (2023), Ranzan, Costa, Denari (2020), Cunha (2017), Soares (2020), Leal, Pimental, Matos (2024), Piozevan e Vilaronga (2025) etc. Para análise dos dados, foi aplicada a técnica de análise de conteúdo na concepção de Bardin (2016). Os resultados apontam que ocorre a sobreposição de atribuições na atuação deste profissional, desenvolvendo funções além das previstas pela legislação. Outra questão recorrente são as lacunas na formação deste profissional voltada para o campo da educação especial e inclusiva. Este estudo, portanto, permitiu identificar barreiras significativas e contribuir para a construção de conhecimentos sobre a temática, possibilitando, em análises futuras, o debate e a reflexão sobre os caminhos para o avanço na atuação dos PAE's.

Palavras-Chave: Profissional de Apoio Escolar. Educação Especial e Inclusiva. Desafios. Formação e Atuação Profissional.

Abstract: The study aims to investigate the role of the School Support Professional (PAE) in basic education schools. This research adopted a qualitative approach with a bibliographic focus, in which data were obtained through searches on the Google Scholar portal, using search filters. The first filter involved the use of search terms to locate works, with keyword searches being employed. Additionally, a temporal cutoff from the years 2020 to 2025 was applied, aiming to bring updated data on the topic and compose the results and discussion section of this research. In this study, we engaged with authors such as Lopes and Mendes (2023), Ranzan, Costa, Denari (2020), Cunha (2017), Soares (2020), Leal, Pimental, Matos (2024), Piozevan and Vilaronga (2025), among others. For data analysis, Bardin's (2016) content analysis technique was applied. The results indicate an overlap of responsibilities in the work of this professional, leading to functions beyond those stipulated by law. Another recurring issue is the gaps in the training of these professionals, particularly regarding special and inclusive education. Therefore, this study allowed the identification of significant barriers and contributed to the development of knowledge on the subject, enabling future analyses, debates, and reflections on ways to advance the role of PAEs.

Keywords: School Support Professional. Special and Inclusive Education. Challenges. Professional Training and Practice.

¹ Milene de Sousa Brito: Graduanda do curso de Pedagogia, UFPA – Campus de Abaetetuba. E-mail: millenebrito18@gmail.com

² Profa. Dra. Rafaele Habib Souza Aquime: Docente da Faculdade de Educação e Ciências Sociais, UFPA – Campus de Abaetetuba. E-mail: rafaelehabib@ufpa.br

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é voltada para a educação especial, especificamente para a atuação do Profissional de Apoio (PAE), que é o agente responsável por “[...] atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (Brasil, 2008, p. 17). Nesse interim a presença deste profissional em salas na atualidade é reflexo de lutas referentes aos direitos das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

É importante ressaltar que o conceito referente a Necessidades Educativas Especiais (NEE) compreende a “pessoas que apresentam problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e que demonstram dificuldades de aprendizagem, devido a fatores orgânicos e/ou ambientais” (Cunha; 2021, p.36). Observa-se que as crianças que possuem especificidades, que são englobadas pelo conceito NEE, na educação básica, necessitam de apoio em sala de aula e na instituição escolar como um todo, visando a garantia do seu acesso a uma educação acessível e diversa. Um destes profissionais que possibilita o auxílio desta criança em sala de aula é o Profissional de Apoio Escolar (PAE).

Nesse viés, a presente proposta de pesquisa desenvolveu-se a partir de inquietações da autora, que atuou e ainda está atuando como Profissional de Apoio escolar na cidade de Abaetetuba, no Pará, em uma escola de educação básica pública. Na instituição e exercendo este cargo desenvolveu reflexões acerca das atuação do PAE na escola, e como seu trabalho impacta no desenvolvimento educacional da criança com deficiência para uma educação inclusiva. Uma das inquietações observadas são os percalços que este profissional vivencia pela não-delimitação de sua real atuação, que às vezes se confundem com a do professor regente ou mesmo do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ou ainda pelas próprias condições de trabalho e a necessidade de maior valorização.

Assim, o desenvolvimento deste trabalho justifica-se pela necessidade de analisarmos a questão formativa do PAE e seu campo de atuação, tema que necessita de maiores discussões no meio acadêmico, especialmente se considerado o fato de que há poucos trabalhos acadêmicos que discutem esse tema. O diferencial deste estudo reside na tentativa de analisar de forma mais específica e aprofundada o papel do PAE, contribuindo com lacunas existentes no campo acadêmico.

A lacuna sobre a temática é exemplificada em uma pesquisa no repositório da biblioteca da Universidade Federal do Pará (UFPA) tenha identificado 11 trabalhos no formato de artigo entre os anos de 2020 e 2025 relacionados ao trabalho do Profissional de Apoio Escolar, (PAE),

observou-se que estes estudos não abordam especificamente o trabalho desenvolvido por este profissional. Nesse cenário, dos 11 textos encontrados no repositório, 07 destes possuem uma discussão que concentra-se em temas transversais, como as experiências educacionais de alunos com autismo, TDAH, ou a educação inclusiva de forma geral, tratando o PAE como um ator secundário e não como sujeito central da análise.

Por fim, se torna relevante a presente discussão, uma vez que proporciona reflexões sobre a realidade escolar pública e inclusiva, afim de somar forças e colaborar com futuros educadores (as) para práticas pedagógicas acessíveis e diversas. Diante do exposto, o problema de pesquisa parte da seguinte questão: Como ocorre a atuação do PAE diante dos alunos com NEE na educação básica?

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a atuação do PAE. E como objetivos específicos buscou-se: Analisar as atribuições do PAE; Investigar sobre a atuação do PAE com familiares e responsáveis; Analisar o trabalho do PAE e sua relação com a equipe pedagógica. Visando alcançar tais objetivo este trabalho empreende uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica.

É importante delimitar que ao longo dos anos houveram transformações na conquista de direitos sociais para as pessoas com deficiência, com legislações que buscam garantir o acesso à educação de qualidade. No decorrer da década de 1960, “os movimentos sociais, a respeito da Educação Especial, ganharam tanta força política que provocaram profundas mudanças no campo educacional” (Domingues; Domingues; 2009, p.5). A garantia legal de uma educação inclusiva foi demarcada na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1999) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) entre outras.

Atualmente, os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, segundo a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei Brasileira de Inclusão detêm o direito de possuir um Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 1996; 2015). Assim “com a ampliação do acesso desses estudantes às escolas impulsionou-se a demanda por apoios que permitissem melhor acolher e lidar com a diversidade desse alunado” (Lopes; Mendes, 2023, p.3)

Mais a frente, no ano de 2008, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) é prevista uma nova categoria profissional, inicialmente sem formação docente, denominado no documento como “cuidador” ou “monitor”, que viriam a ser auxiliares dos estudantes com deficiência e transtornos nas classes regulares.

No Brasil, devido à falta de padronização e até mesmo regulamentação, os nomes adotados para PAE's são diversos, havendo em maior expressão nomenclaturas como “cuidador escolar”, “profissional de apoio”, “agente de inclusão”, “auxiliar de vida escolar”, “estagiário de inclusão”, “profissional de apoio pedagógico”, “auxiliar de ensino”, “acompanhante”, entre outros (Martins, 2011). O presente estudo levou em conta a Lei nº 529/2019, uma resolução do município de Abaetetuba-PA, que trata sobre este profissional e que é a nomenclatura sob a qual atua profissionalmente e assim será feito o uso do termo “Profissional de Apoio Escolar”-PAE.

Portanto, debater sobre a atuação deste profissional no âmbito da educação especial e inclusiva é contribuir para a construção de novos conhecimentos sobre o tema, os quais poderão ser utilizados para a ampliação do debate e e promoção de um trabalho colaborativo entre a comunidade escolar e a sociedade como um todo.

Diante das iniciações a pesquisa foi conduzida buscando tecer análises e reflexões e para garantir a coesão e organização textual o mesmo segue um sequência lógica que inicia-se com, a Introdução onde temos a apresentação dos objetivos da pesquisa, contextualizando a importância do estudo sobre o Profissional de Apoio Escolar (PAE) na educação básica. Em seguida, o Referencial Teórico é dividido em três seções que exploram aspectos fundamentais do tema: a relação do PAE com a educação especial e inclusiva, sua interação com a comunidade escolar e sua atuação no ensino colaborativo. Essa organização facilita a construção de um embasamento sólido para a análise posterior.

Após a fundamentação teórica, a Metodologia descreve os procedimentos adotados na pesquisa, destacando a abordagem qualitativa utilizada. Na sequência, a seção Resultados e Discussões apresenta os achados da pesquisa, distribuídos em três tópicos: Sobreposição nas atribuições dos Profissionais de Apoio Escolar, Formação e (Des) valorização dos Profissionais de Apoio Escola, O trabalho do PAE e sua relação com a equipe pedagógica. Esses tópicos permitem uma análise detalhada dos desafios enfrentados por esses profissionais. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os principais pontos da pesquisa e indicam possíveis direções para estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 A educação especial e inclusiva e o PAE

A educação especial, atualmente na perspectiva inclusiva, tem como ponto de destaque legislativo a Constituição Federal de 1988, que trouxe mudanças significativas, como a garantia da educação como direito social e o estabelecimento da igualdade de

oportunidades entre os educandos nas classes regulares. Desse modo:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p.1).

O direito a educação inclusiva é assegurado por normativas nacionais e internacionais, das quais destacam-se a Declaração de Salamanca (1994), elaborada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, cujo objetivo envolveu a promoção de orientação de organizações e governos em suas práticas inclusivas.

Dois anos após a publicação da Declaração de Salamanca o governo brasileiro publica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no ano de 1996. Por meio dessa Lei foi prevista a obrigatoriedade da educação para todos, sem nenhum tipo de distinção e discriminação. Tal lei é um marco na área da educação e assegura o educando a ter acesso a educação regular e integral. Ressalta-se que Bezerra e Antero (2020) observam que na LDB, em seu artigo 59, fica preconizado que “os sistemas de ensino devam assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades”.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases (1996) confere às redes de ensino, públicas e particulares, o dever de proporcionar a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento igualitário e equitativo entre os estudantes público da educação especial e os demais. Em seu artigo 58, inciso 1, prevê que “sempre haverá serviços de apoio especializado para atender às necessidades peculiares de cada aluno” (Brasil, 1996, p.17).

Um desses recursos que busca promover o apoio aos educando com NEE, o qual, é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço de apoio pedagógico projetado para complementar o ensino regular, proporcionando adaptações e estratégias específicas para alunos com necessidades educativas especiais. Nesse sentido, esta ferramenta:

É complementar ao ensino regular, visto que a própria natureza deste é diferenciada, destinando-se a atender às peculiaridades de alunos com deficiência, incluindo-se principalmente a diminuição de barreiras que estes naturalmente enfrentam, quando estão em contato com o ambiente externo, com uma classe regular, fornecendo-se instrumentos ou ensinamentos como o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRA), sistema braile, mobilidade, educação física especializada, tecnologia para promover assistência, entre outros (Mauro; Raiol; 2017; p.151)

Convém ressaltar ainda que a inclusão escolar não está limitada ao acesso físico, porém envolve a transformação da cultura e das práticas pedagógicas para atender como um direito humano fundamental (Mantoan, 2003).

Nesse viés, o público da educação especial inclui alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e aqueles com altas habilidades/ superdotação (Brasil, 2011). Esses estudantes apresentam características que demandam acompanhamentos pedagógicos acessíveis no ambiente escolar para que possam participar plenamente das atividades educacionais.

A implementação da educação inclusiva requer não apenas adaptações, mas sim deve ser concebida de forma planejada e intencional, com a finalidade de garantir não apenas a presença física dos alunos em sala de aula, mas também sua participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem e assim temos o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), a qual aponta que se deve partir da premissa principal de que os “ambientes ou produtos sejam criados para serem usados por todas as pessoas, na sua máxima extensão possível, não necessitando de adaptações para atender às especificidades” (Ricardo; Seço; Ferreira; 2017; p.1526).

Mais a frente, com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEP-EI), publicada em 2008 apontou a necessidade de:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 1996, p.15)

O DUA pode ser considerado uma ferramenta importante para concretizar os objetivos da PNEEPEI, promovendo uma inclusão escolar efetiva que respeita e valoriza a diversidade dos estudantes. Essa política reflete o compromisso com a construção de uma educação inclusiva, que reconhece a diversidade como um pilar do ambiente escolar e propõe a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais para assegurar o acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes (Brasil, 2008).

Outra importante abordagem refere-se ao fato de que formação dos profissionais da educação também é uma prioridade na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEP-EI) prevendo a necessidade de recursos humanos e apoios especializados para garantir a inclusão de estudante, e aponta que “para atuar na educação especial o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área” (Brasil, 2008, p.17).

Indica também para a necessidade de organização do sistema de ensino quanto a presença de profissionais de apoio e auxiliares, já que “a ampliação do acesso desses estudantes às escolas impulsionou-se a demanda por apoios que permitissem melhor acolher e lidar com a diversidade desse alunado” (Lopes; Mendes, 2023, p.3)

Sob tal perspectiva, com a promulgação do documento do PNEE-EI o profissional de apoio denominado no documento como “cuidador” ou “monitor” nas classes regulares. Assim essa normativa atribui ao cuidador a responsabilidade relativa ao suporte às “[...] atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (Brasil, 2008, p. 17). Segundo Lopes e Mendes (2023) esta função manteve seu perfil nos documentos oficiais divulgados posteriormente, abrangendo o mesmo como serviço de apoio, entretanto não especificando sua função.

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) prevê a obrigatoriedade da presença do PAE quando as características dos estudantes necessitarem de suportes para a locomoção, higiene, refeição e, se for necessário o apoio na comunicação e interação social. Porém, a regulação dessa função ainda é confusa, pois não há uma definição elucidativa de quem deve ser este profissional, a forma como será contratado e quais condições de trabalho terá (Leal, 2014).

Nesse cenário “o Profissional de Apoio Escolar é um elemento na escola para dar suporte a esse contexto escolar, nesse sentido cabe a cada estado, município, e rede de ensino normatizar quem é esse profissional” (Metzka; Oliveira; Klinger, 2022, p.2).

Os estudos de Pereira e Freitas (2020) defendem que o professor regente, a instituição escolar e o PAE atuem conjuntamente, mas mantendo suas especificidades respeitadas. Compreende-se que esta parceria coopera para que ocorram ações alinhadas e que ocorra a colaboração e a elaboração de métodos individualizados para cada estudante.

Sobre a atuação e função do PAE, especificamente no município de Abaetetuba, observa-se que por meio da Lei municipal nº 529/2019 temos disposto que:

O Profissional de Apoio Escolar não é caracterizado como professor para os devidos fins de direito e terá entre suas atribuições:

Estimular a interação como os alunos da escola, traçando parceria com a comunidade escolar;

Estimular a autonomia dos alunos público-alvo da Educação Especial no desenvolvimento de atividades de vida diária e práticas (alimentação, higiene e locomoção);

Auxiliar nas atividades correlatas ao bem-estar do(s) aluno(s) público-alvo da Educação Especial, levando ao conhecimento da Unidade de Ensino fatos ou fatores externos ou internos que possam interferir no aprendizado, saúde ou convivência saudável do (s) referidos aluno (s) (Abaetetuba, 2019, p.1)

Embora a legislação aponte que o PAE é o responsável direto por questões de

locomoção e higiene, restringe deste as funções no tocante as responsabilidades pelo ensino. E os estudos de Dantas et al (2018) frisam que o PAE possui atribuições específicas em consonância a legislação vigente, a qual não está relacionada a questões curriculares. Além disso enfrenta alguns desafios quanto as condições de trabalho, envolvendo a baixa remuneração e escassos investimentos na formação continuada.

2.2 A relação do PAE junto a equipe pedagógica

Ressalta-se que o PAE desempenha um papel essencial na mediação entre o aluno público da educação especial, os professores e os demais membros da escola, e nesse aspecto a relação entre esses pares deve ser pautada pela atuação conjunta à medida em que para auxiliar o processo de educação inclusiva “torna-se importante o auxílio da equipe multidisciplinar. No decorrer dos períodos escolares percebe-se que sozinho não é possível realizar uma inclusão democrática” (Oliveira; 2020, p.20)

É importante pontuar que a presença deste profissional é fundamental para assegurar que os alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas tenham acesso às adaptações necessárias para seu desenvolvimento acadêmico e social, intervindo de forma colaborativa com a comunidade escolar (Lopes; Mendes, 2023). Nesse cenário ressalta-se ainda que:

Para concretizar esse intento, é imprescindível que ocorra integração entre a escola e a comunidade atendida, com reconhecimento e valorização dos saberes extracurriculares e efetivação de parcerias no trabalho educativo, atingindo o maior contingente de pessoas em sua área de localização. Devemos considerar que todos os participantes do processo educativo têm a capacidade de elaboração propostas para a melhoria da educação (Bezerra et al; 2021, p.282)

Essa atuação coletiva é apontada pela Constituição Federal (1988) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) que reforçam a importância da participação da família e da escola no processo educacional. Observa-se que o PAE, embora não seja mencionado explicitamente nessas legislações, é um profissional que atua na promoção de um ambiente de cooperação e inclusão.

Destaca-se que segundo a LBI (Brasil, 2015), o PAE é responsável por oferecer suporte em atividades como locomoção, higiene e alimentação. Na mesma perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) destaca a importância de uma abordagem colaborativa entre os professores regentes, professores do AEE e demais atores sociais da comunidade escolar. Todavia, apesar da LBI reforçar a importância do profissional de apoio, Xavier e Souza (2003) defendem que suas funções ainda são

desconhecidas em grande parte da comunidade escolar, sendo necessário que os “responsáveis e educadores, quando considerarem necessário o apoio individual para alunos com deficiência em escolas comuns, pensem que esse profissional pode ser um recurso valioso para os alunos que necessitam” (Lopes; Mendes; p.21, 2023).

Portanto, a participação ativa no planejamento e execução das atividades escolares são peças-chave para que não haja sobreposição e sobrecarga nas intervenções realizadas pelo PAE.

2.3 A atuação do PAE: o ensino e o trabalho colaborativos no âmbito escolar.

O ensino colaborativo emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos multifuncionais e salas de aula comuns, com os professores regente e do AEE atuando de forma colaborativa. Nesse sentido, o termo Ensino Colaborativo:

[...] é definido como uma parceria entre os professores do ensino regular e especial [AEE], desde que os dois professores se responsabilizam e compartilhem planejamento, a execução e a avaliação de um grupo heterogêneo de estudantes, dos quais alguns possuem necessidades educacionais especiais (Mendes, Vilaronga e Zerbato, 2014, p. 47)

Segundo Lima et al. (2024, p.144), o ensino colaborativo é uma “alternativa promissora, para abordagem participativa e solidária, a fim de promover não apenas a aquisição de conhecimento, mas também o desenvolvimento integral dos (as) estudantes”. Esse modelo almeja enfrentar as práticas segregadoras em classes especiais e barreiras nas intervenções pedagógicas.

A relação estreita entre o professor regente e o professor de AEE é essencial para o sucesso do ensino colaborativo. A medida em que enquanto o professor regente é responsável por conduzir a turma no dia a dia, o professor de AEE traz estratégias específicas que atendem às necessidades dos alunos da educação especial, com planejamento de trabalho construído entre ambos e de forma permanente no acompanhamento dos estudantes (Lima; Pereira; Matos, 2024)

Além disso essa interação demanda diálogo constante e organização alinhada. De acordo com Nozu et al. (2020, p.27), “a organização do trabalho pedagógico via colaboração emerge como uma possibilidade de relações mais estreitas” entre os profissionais, o que reforça a eficácia dessa abordagem no contexto educacional inclusivo.

Ampliando essa perspectiva, para além do ensino colaborativo, temos também a perspectiva ampla do trabalho colaborativo no âmbito escolar, que inclui não apenas

professores, mas também o Profissional de Apoio Escolar (PAE), cuja atuação é indispensável para uma inclusão plena. Assim, o trabalho colaborativo:

O trabalho colaborativo no espaço escolar permite um alinhamento das práticas pedagógicas e oportuniza experiências e perspectivas inovadoras. Por meio de uma rede colaborativa, é possível organizar e promover um ambiente de aprendizagem enriquecedor e inclusivo, que reconhece e valoriza as diferenças (Lima et al; 2024, p.4)

Diante do exposto e considerando o trabalho colaborativo como ferramenta inclusiva, podemos pensar a atuação do PAE, a medida em que este profissional desempenha um papel essencial no suporte à autonomia dos alunos, auxiliando em atividades práticas, como higiene e locomoção, e na mediação das interações sociais.

3. ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Este estudo se caracteriza como uma abordagem qualitativa, a qual é definida por Minayo (2002) como um método que trabalha a partir dos significados e interpretação do objeto de estudo investigado, isso inclui valores, crenças, interações, descrição desse objeto e outros aspectos relacionado as particularidades desse objeto. Dessa forma, este trabalho se enquadra na abordagem qualitativa para investigar a atuação do PAE.

Quanto aos procedimentos, optou-se por uma revisão bibliográfica, que para Gil (2002) é uma metodologia desenvolvida através de materiais já elaborados e publicados, sendo grande parte destes livros e artigos científicos. Enfatiza-se a importância da pesquisa bibliográfica, pois segundo Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Nesse sentido, a pesquisa foi conduzida visando coletar textos para discutir sobre as atribuições, desafios e perspectivas da atuação do PAE, e para coletar esses dados foram realizados filtros de pesquisa no portal Google Acadêmico, sendo o primeiro o uso de termos de busca para localizar obras, com as seguintes palavras-chave: “Profissional de Apoio Escolar”, “Educação Básica”, “cuidador escolar (ou monitor)” e “educação inclusiva”, “legislação brasileira”, ademais utilizou-se o recorte temporal dos anos 2020 – 2025, visando trazer dados atuais sobre o tema e compor a seção de resultados e discussões desta pesquisa.

Convém destacar que esta escolha buscou abarcar os aspectos pedagógicos e teóricos e foram consideradas particularmente relevantes publicações que apresentassem relatos de experiências em artigos científicos adequados ao tema.

Por outro lado foram excluídas obras que discutiam exclusivamente sobre as intervenções do professor regente na inclusão, e que não abordavam diretamente o trabalho do PAE ou que não incluíam discussões sobre educação. Os textos selecionados, por sua vez, foram escolhidos porque abordam o tema do PAE com maior especificidade. Esses materiais foram selecionados por apresentarem contribuições relevantes para a compreensão do objeto de estudo, ao dialogarem com aspectos relevantes relacionados a atuação do PAE na educação especial e inclusiva. Assim abaixo apresenta-se os textos selecionados:

Quadro 2: Textos sobre a educação do PAE

	Título	Autor(a)	Revista/Anais/Evento	Ano de Publicação	Nível
1	Profissional de Apoio Escolar na educação infantil: mapeamento de publicações científicas	Maria Leandra de Siqueira Ferreira MunIQUE Massaro	Anais do VIII CONEDU	2022	Artigo Científico
2	Profissional de Apoio Escolar: Perfil e Atuação em um Município do Interior Paulista	Mayara Erbes Ranzan Maria da Piedade Resende da Costa Fátima Elisabeth Denari	Revista Educação, Cultura e Sociedade Sinop/MT/Brasil	2020	Artigo Científico
3	Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?	Mariana Moraes Lopes Enicéia Gonçalves Mendes	Revista Brasileira de Educação	2023	Artigo Científico
4	Nomenclaturas e atribuições dos profissionais de apoio escolar nas redes estaduais brasileiras	Camila Carlini Bonilha Piovezan Carla Ariela Rios Vilaronga	Revista Educação: Teoria e Prática	2025	Artigo Científico

5	Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática	Ideilton Alves Freire Leal Susana Couto Pimentel Aline Pereira da Silva Matos	REVISTA TÓPICOS EDUCACIONAIS Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2024	Artigo Científico
6	Funcionalidade do Profissional de Apoio na inclusão de crianças autistas na educação infantil	Kauany Mariana Martins Ferreira Samires Miranda Lisboa Ana Caroline de Andrade Barcelos	Revista Ft Ltda	2024	Artigo Científico
7	O Apoio Pedagógico Especializado em Classe Comum: o caso de Campo Grande-MS como metonímia da precarização na educação especial	Giovani Ferreira Bezerra	Revista LES Linguagens, Educação, Sociedade.	2020	Artigo Científico

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados ocorreu a partir da análise do conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 42) diz respeito a:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Este trabalho atravessou as três fases principais da análise de conteúdo, sendo estas: a pré-análise, no qual organizamos e selecionamos os materiais relevantes para estudo; conformem constam na tabela anterior, em seguida passou-se a fase de exploração do material, na qual foi realizada a codificação e categorização das unidades de análise, como palavras ou temas; e, por fim, realizamos o tratamento e interpretação dos resultados, que são apresentados em três seções discursivas, abarcando os temas mais comuns entre os textos analisados e suas perspectivas.

Após a seleção e coleta de dados ocorreu a análise de conteúdo em que os dados foram organizados em categorias de análises, organizadas por área temática, sendo estas: Sobreposição nas atribuições do PAE; Formação e (das) valorização do Profissional de Apoio

Escolar e A relação do PAE com a equipe pedagógica. A escolha dessas subseções estão relacionadas ao fato destes temas terem sido predominantes, sendo encontradas com maior frequência nos dados analisados e demonstrando-se comuns a todos os textos estudados, além de estarem alinhadas aos objetivos específicos deste pesquisa.

4.1 Sobreposição nas atribuições dos Profissionais de Apoio Escolar

A escola exerce papel fundamental no que se refere a promoção dos direitos sociais ao garantir o direito a educação para pessoas NEE. A escola deve considerar os aspectos específicos de cada aluno, e criar estratégias de ensino que atendam e acolham a todas as crianças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento “torna-se indiscutível que o aluno tenha as condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades para permanecer no ambiente escolar” (Santos, Pereira, Maciel, 2021. p 1).

A LBI, destinada a promover as condições de igualdade e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, prevê em seu art. 3º, XIII, a presença do PAE no desenvolvimento das seguintes atividades:

O profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou OS procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015).

Diante desse cenário, verifica-se que o PAE possui atribuições específicas estabelecida e os sete artigos científicos analisados debateram sobre tais atuações, em torno das seguintes nomenclaturas: atribuições, funções, responsabilidades e termos correlatos. Nesse cenário abaixo apresentam-se em forma de quadros como isso está exposto nos textos:

Quadro 3: Sobreposição nas atribuições do PAE segundo a pesquisa bibliográfica

	Autores	Título do Texto	Atribuições Apontadas nos Textos
1	Maria Leandra de Siqueira Ferreira, Munique Massaro	Profissional de Apoio Escolar na Educação Infantil: Mapeamento de Publicações Científicas	Mediar interações sociais, auxiliar em atividades escolares, apoiar nos cuidados de higiene, alimentação e locomoção.
2	Mayara Erbes Ranzan, Maria da Piedade Resende da Costa, Fátima Elisabeth Denari	Profissional de Apoio Escolar: Perfil e Atuação em um Município do Interior Paulista	Apoiar o professor em sala, realizar tarefas de cuidados físicos como higiene e alimentação, atuar em práticas pedagógicas sob orientação.

3	Mariana Moraes Lopes, Enicéia Gonçalves Mendes	Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar: Quem São e o Que Fazem Esses Novos Atores no Cenário Educacional?	Desenvolver e adaptar materiais pedagógicos, apoiar o professor em planejamento e execução de atividades educativas.
4	Camila Carlini Bonilha Piovezan, Carla Ariela Rios Vilaronga	Nomenclaturas e Atribuições dos Profissionais de Apoio Escolar nas Redes Estaduais Brasileiras	Auxiliar na alimentação, higiene e locomoção dos alunos e, ocasionalmente, atuar na adaptação de atividades pedagógicas.
5	Ideilton Alves Freire Leal, Susana Couto Pimentel, Aline Pereira da Silva Matos	Profissional de Apoio Escolar na Política de Educação Especial: Linhas de uma Revisão Sistemática	Facilitar a inclusão dos alunos no ensino regular, colaborar no planejamento e adaptação curricular, apoiar o aluno em sala de aula.
6	Kauany Mariana Martins Ferreira, Samires Miranda Lisboa, Ana Caroline de Andrade Barcelos	Funcionalidade do Profissional de Apoio na Inclusão de Crianças Autistas na Educação Infantil	Promover a autonomia de alunos com TEA, apoiar em atividades de rotina como mobilidade, higiene e alimentação, mediar interações sociais.
7	Giovani Ferreira Bezerra	O Apoio Pedagógico Especializado em Classe Comum: O Caso de Campo Grande–MS Como Metonímia da Precarização na Educação Especial	Prestar assistência nas atividades de higiene, alimentação e locomoção; auxiliar na interação social e no acesso às atividades escolares.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Diante dos resultados apontados pela tabela, verificamos que os sete textos apontam para as atribuições que ultrapassam o previsto na legislação. Os autores do textos analisados justificam essas ocorrências a partir de dois aspectos principais, sendo estes as ausências de formação e informações adequadas (Ferreira; Massaro, 2020). Essa visão também é encontrada no estudo de Ranzan, Costa, Denari (2020, p.287): “ausência na exigência de critérios referentes à formação resulta também em dúvidas quanto à qualidade e capacidade desse profissional em mediar as relações do aluno nas diferentes esferas do meio escolar”. Essa perspectiva é endossada ainda pelo estudo de Bezerra (2020).

Observa-se ainda as diferentes nomenclaturas para designar a mesma função, e “esse contexto ambíguo e polissêmico, presente na legislação brasileira, tem refletido na diversidade de perfis e atribuições designadas a esse profissional nas diferentes regiões do Brasil” (Leal; Pimental; Matos, 2024, p.391). Essa ideia é também encontrada nos estudos de Piovezan e Vilaronga (2025) e ainda no texto de Lopes e Mendes (2023)

Os textos 1, 2, 4, 5 e 7 apontam que a atuação principal do PAE inclui o suporte com higiene e locomoção, já os textos 6 e 3 apontam a mediação e a interação social como estratégias pedagógicas no acompanhamento de alunos com Transtorno do Aspecto Autista (TEA).

Todos os textos analisados indicam o desvio de função ou sobreposição da atuação, a medida em que “para atuação na educação básica, com vistas ao exercício da função em atividades de locomoção, higiene, alimentação e em outras atividades que não sejam de responsabilidade de planejamento e ensino” (Leal; Pimentel; Matos, 2024, p.378).

Todavia, há artigos como os texto 6 e 3 indicam que o PAE atua no suporte ao processo de ensino e aprendizagem e na adaptação de materiais didáticos e na aplicação de métodos pedagógicos, o que não deveria ocorrer levando em consideração que a Lei Brasileira de Inclusão (2015) aponta para a atuação no suporte ao aluno.

O texto 1 defende a necessidade de revisão de legislação vigente visando “esclarecimento sobre a função que deve assumir e desempenhar o profissional de apoio escolar, como por exemplo, a profissionalização e regulamentação desse serviço” (Ferreira; Massaro, p.659, 2022)

Lopes e Mendes (2023) destacam a importância das formações específicas e contínuas e investimento no trabalho colaborativo e articulado entre a comunidade escolar para a promoção de uma cultura escolar inclusiva.

4.2 Formação e (Des) valorização dos Profissionais de Apoio Escolar

A segunda categoria de discussão que apareceu com frequência nos texto analisados, refere-se a desvalorização desta categoria profissional. Sobre a formação docente, é importante pontuar que a Lei de Diretrizes e Bases (1996) possui um capítulo específico para tratar da formação de professores da educação básica e assim a referida legislação apresenta os fundamentos metodológicos, os estilos e as modalidades de ensino para a formação inicial dos professores, definindo, por meio do Art. 62, que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, sendo a formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (Brasil, 1996, p.18)

Entretanto, no concernente a formação do PAE e o nível de qualificação exigida para esse cargo, ressalta que “não está explícito [nos] documentos legais o grau de formação necessário para a ocupação do cargo. Não exigir uma formação específica, seja inicial ou continuada, leva a uma multiplicidade de perfis de pessoas atuantes como Profissionais de

Apoio (Razan; Costa; Denari; 2020, p.287).

Diante desta imprecisão e lacuna no processo de formação isso desdobra nas contratações, pois opta-se em grande parte pela “formação em nível médio (magistério) e de estudantes de graduação, mais especificamente das Licenciaturas, para o exercício dessa função” (Leal; Pimentel; Matos; 2022, p.392).

Essa contratação sem critérios específicos e a ausência de uma formação profissional adequada corrobora ainda para: “uma baixa valorização do profissional, como o grau de escolarização exigido, subentendendo-se que esse profissional e a pessoa por ele atendida não necessitam de conhecimento especializado (Kokkonen; Rodrigues; 2025, p.15)”.

Diante desse cenário podemos observar no quadro abaixo as seguintes discussões:

Quadro 4: Formação e valorização dos profissionais

Texto	Formação e (Des) valorização dos Profissionais
1	Destaca a ausência de orientações claras e treinamento adequado para os profissionais de apoio escolar, impactando a inclusão educacional.
2	Evidencia a precarização da formação e valorização desses profissionais, recomendando investimentos em treinamentos e regulamentação.
3	Ressalta a contratação de profissionais com qualificações insuficientes e a sobrecarga de atividades devido à falta de regulamentação.
4	Identifica falta de uniformidade na formação exigida para os profissionais e sugere regulamentação para evitar precarização da função.
5	Aponta a necessidade de maior investimento em capacitação técnica e regulamentação para os profissionais, visando qualidade inclusiva.
6	Destaca a importância de treinamentos adequados para atuar com alunos autistas e reforça o papel crucial desses profissionais na promoção da inclusão.
7	Critica a terceirização e a falta de investimento na formação desses profissionais, apontando impacto negativo na educação inclusiva.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025

Na análise do quadro verificamos que são temas que tem impacto direto na qualidade das ações pedagógicas inclusivas e acessíveis, pois é através da formação adequada que os profissionais conseguem atuar de acordo com a necessidade dos educandos. Logo:

A falta de formação e orientação para o trabalho, além do incipiente respaldo normativo-jurídico, tem se apresentado como ponto central das dificuldades no campo

de atuação do PAE, uma vez que, a carência desses elementos no processo tem contribuído para o desconhecimento das atribuições e intensificação do trabalho realizado no espaço escolar (Leal; Pimentel; Matos, 2024, p.389)

O estudo de Leonel et al (2022) afirma ser fundamental uma formação adequada aos PAE's, professores regentes e professores do AEE, mas torna-se problemática quando na prática há insuficientes orientações e qualificações a esses profissionais, inclusive nenhum dos textos analisados explicitam como deve ocorrer metodologicamente o trabalho colaborativo entre esses profissionais.

4.3 O trabalho do PAE e sua relação com a equipe pedagógica.

A equipe pedagógica é composta por profissionais que atuam diretamente no planejamento, execução e avaliação das práticas educacionais. Segundo Libâneo (2013, p. 45), ela inclui coordenadores pedagógicos, professores, diretores e outros especialistas que colaboram para garantir a qualidade do ensino e a inclusão de todos os alunos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) reforça a importância da articulação entre esses profissionais para promover um ambiente educacional inclusivo e eficaz.

A relação entre o PAE e a equipe pedagógica deve ser pautada pela colaboração e pelo diálogo constante. Conforme Ziliotto e Burchert (2020, p. 511), essa interação é essencial para alinhar as estratégias de ensino às necessidades dos alunos, promovendo uma inclusão efetiva. A Resolução n.º 4/2009 do MEC/CNE também enfatiza a importância de uma abordagem integrada, onde o PAE atua como um elo entre o aluno, os professores e a comunidade escolar.

Abaixo temos a síntese do que os textos apontam sobre a relação entre a equipe pedagógica e o PAE:

Text o	Como deve ser a relação com a equipe pedagógica:	O que a literatura aponta
1	Atuação colaborativa, porém com a necessária definição clara dos papéis de cada ator para que eles possam, no exercício de suas funções, favorecer a educação	Confusões na função do profissional de apoio; equiparação à função do professor regente e, por vezes, assunção das demandas do Atendimento Educacional Especializado.
2	Trabalho colaborativo entre o professor regente da turma e um professor de apoio da educação especial	A sobrecarga dos profissionais de apoio escolar (PAE), levando-os a assumirem outras atribuições, principalmente relacionadas ao ensino, planejamento, adaptação e avaliação.
3	Diálogo entre o corpo escolar para o desenvolvimento de ações coletivas e práticas pedagógicas pautadas nos princípios da inclusão	Necessidade de um maior direcionamento e esclarecimento sobre a função que deve assumir e desempenhar o profissional de apoio escolar.

4	Parceria propositiva na mediação entre as necessidades dos alunos e as demandas do ambiente escolar	A falta de uniformidade na formação dos profissionais de apoio escolar leva a dificuldades na atuação integrada e fragilidade nas práticas inclusivas.
5	Integração com a equipe pedagógica, buscando adaptar o currículo e criar estratégias educativas inclusivas	Investimentos em capacitação técnica e regulamentação são cruciais para assegurar que o trabalho colaborativo seja eficaz e favoreça a qualidade inclusiva.
6	Cooperação ativa no ambiente escolar, com foco na autonomia do aluno e no suporte às práticas pedagógicas	Importância de treinamentos adequados, especialmente para atuar com alunos autistas, destacando o papel central dos profissionais na promoção da inclusão.
7	Relação integrada, com valorização do profissional para evitar precarização e garantir o suporte adequado aos alunos	Críticas à terceirização e à falta de investimento na formação, com impactos negativos na interação com a equipe pedagógica e na eficácia do trabalho inclusivo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Na análise dos dados organizados no quadro, verifica-se que a sobreposição de papéis, com a equipe pedagógica, revelando barreiras significativas que afetam a prática cotidiana no ambiente escolar, resultando em sobrecarga de trabalho e conflitos interpessoais. Dessa forma, a não obrigatoriedade de uma formação adequada para tal atuação pode provocar empecilhos:

Esse personagem pode constituir um apoio importante para viabilizar o processo de inclusão escolar de estudantes que requerem esse tipo de apoio, mas pode ser também usado como mecanismo de barateamento e simplificação do sistema de apoio (Lopes, 2018. p. 6).

Sobre isso, Bezerra (2020, p. 683) discute que:

É diante dessa indefinição quanto à figura do profissional de apoio/acompanhante especializado, cujo nome acaba confundindo os leigos, como se se tratasse de um professor especializado, que governos têm priorizado a contratação de agentes educacionais com nível médio ou em formação, difundindo a ideia de que, com a presença destes, todas as demandas da classe comum estariam satisfeitas do ponto de vista legal e pedagógico, em vez de investir no ensino colaborativo propriamente dito

Outra constatação é a sobreposição da atuação com o professor do AEE: “acaba sendo posto na função equivalente à de um professor especializado, o que pode ser lido como precarização das condições de trabalho docente, à medida que se desqualifica a formação especializada” Bezerra (2020, p. 685).

Nesse contexto é urgente normatizar as formações mínimas, o piso salarial e as condições de trabalho nas legislações vigentes, e para essa viabilidade o próprio PAE precisa estar como protagonista, expondo suas questões e contribuindo para a ampliação e valorização do seu papel na conjuntura da educação especial e inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar a atuação PAE no processo de inclusão escolar, e durante a experiência de uma autoras nesta função, enfrentou desafios significativos relacionados a sobrecarga de trabalho. Muitas vezes as atribuições estavam além do que estava previsto em lei, incluindo tarefas pedagógicas e atividades de ensino. Essa indefinição de responsabilidades gerou dificuldades em compreender quais eram, de fato o papel a ser desempenhado.

Assim, os resultados dessa pesquisa demonstraram que essa situação não é isolada e que os PAEs frequentemente enfrentam a falta de delimitação clara de suas funções. Apesar de a legislação municipal de Abaetetuba, conforme a Lei nº 529/2019, estar alinhada aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, ela inclui a necessidade de auxiliar nas atividades correlatas ao bem-estar dos alunos público da Educação Especial, mas não especifica claramente o escopo desse auxílio. Essa lacuna na legislação contribui para a ampliação das responsabilidades atribuídas aos PAEs, muitas vezes de forma não regulamentada, o que acaba impactando sua prática e bem-estar no exercício da função.

Durante a análise dos artigos investigados observamos a mediação pedagógica, atuação em atividades de ensino e ainda confecção de recursos pedagógicos, extrapolando o previsto nas normativas legais apresentadas.

A segunda questão envolve a ausência de formação adequada, pois o critério de contratação indica o nível médio em grande parte, mas no desenvolvimento das intervenções se apresenta a necessidade de qualificações mais específica.

Sugerimos como pesquisas futuras que os PAE's possam apresentar suas percepções sobre esse contexto, aliadas as contribuições de estudantes, familiares e responsáveis. Além disso ampliar os debates nos espaços de controle social para que alterações possam ser efetivadas.

Por fim é importante mencionar que a construção desse artigo propiciou aprendizagens valiosas, pois como pesquisadoras do campo educacional almejamos promover reflexões e debates que desnaturalizem e possam pensar outros possíveis na realização das atividades exercidas pelos PAES, para que seja mais um dispositivo que promova uma educação democrática, diversa e assim acessível.

REFERÊNCIAS

- ABAETETUBA, **Lei Nº 529/2019 de 15 de março de 2019**. Dispões sobre a criação do cargo de profissional de apoio escolar para alunos com deficiência da rede pública municipal de ensino do município de Abaetetuba e dá outras providências. Abaetetuba: câmara municipal. Disponível em: <http://cmabaetetuba.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Lei-n.o-529-Criacao-de-Cargo.pdf> Acesso em 30 de abril de 2025
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p
- BEZERRA, G. F. **A Política nacional de educação especial na Perspectiva da educação inclusiva: A Problemática do Profissional de Apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos**. Rev. Bras. Ed. Esp. v, 26. n, 4. 2020.
- BEZERRA, Giovani Ferreira. **O apoio pedagógico especializado em classe comum: o caso de Campo Grande – MS como metonímia da precarização na educação especial**. Revista LES - Linguagem, Educação e Sociedade, v. 186, ISSN 2526-8449 (Eletrônico), ISSN 1518-0743 (Impresso).
- BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei, ANTERO, Katia Farias. **Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil. Sétimo Congresso Nacional de Educação (VII CONEDU)** Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA11_ID_14082020134026.pdf 30 de abril de 2025
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 de abril de 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 27 de abril de 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 4, de 1º de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- BRASIL. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf> > Acesso em 11 de abril de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2025.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. **Purposeful coteaching: real cases and effective strategies**. California: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009.

COSTA, J. D. V. VILARONGA, C. A. R. **Papéis dos Profissionais de apoio escolar na Educação infantil em um Município do Pará**. Zero – a – seis. V 24, n 1. Florianópolis, 2022.

CUNHA, Maria Rita de Cássia. **O aspecto afetivo e sua importância na aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais na inclusão da educação infantil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor) — Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2021. Orientadora: Professora Doutora Joana Reis Costa.

DOMINGUES, Taciano L. C. DOMINGUES, Mariana R. C. **EDUCAÇÃO ESPECIAL: Historicidade e Legislação**. [Lins, 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC00614563909.pdf>](http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC00614563909.pdf). Acesso em 11 de abril de 2025.

FERREIRA, Kauany Mariana Martins; LISBOA, Samires Miranda; BARCELOS, Ana Caroline de Andrade. **Funcionalidade do profissional de apoio na inclusão de crianças autistas na educação infantil**. Ciências Humanas, v. 29, edição 141, dez. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/dt10202412281934. Disponível em: [<https://revistaft.com.br/funcionalidade-do-profissional-de-apoio-na-inclusao-de-criancas-autistas-na-educacao-infantil/>](https://revistaft.com.br/funcionalidade-do-profissional-de-apoio-na-inclusao-de-criancas-autistas-na-educacao-infantil/). Acesso em: 27 abr. 2025.

FERREIRA, Maria Leandra de Siqueira; MASSARO, Munique. **Profissional de apoio escolar na educação infantil: mapeamento de publicações científicas**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, VIII, 2022. *Educação Especial*. DOI: 10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.037. ISBN: 978-65-86901-86-3.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, antonio C. **Método e Técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo, Atlas, 2006.

KOKKONEN, Roselaine Luzitana Fracalossi; RODRIGUES, Marlene. Profissional de apoio escolar ou cuidador? uma reflexão sobre essas nomenclaturas no estado de Rondônia. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 51, e282388, 2025. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ep/v51/1678-4634-ep-51-e282388.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

LEAL, Ideilton Alves Freire; PIMENTEL, Susana Couto; MATOS, Aline Pereira da Silva. Profissional de apoio escolar na política de educação especial: linhas de uma revisão sistemática. Revista Tópicos Educacionais, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**, v. 30, n. 1, p. 370-395, 2024. ISSN: 2448-0215.

LEME, Maria Eduvirges Guerreiro. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar**. **Palestra apresentada no 4º Evento**, 21 jun. 2022. Disponível em:

<https://portal.rhemaeducacao.com.br/uploads/7d6c3bdb9be134cf71233b9d06a6f5b7.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, Daiana Aparecida Teles Vieira de et al. Trabalho colaborativo: reorganização das práticas escolares numa perspectiva inclusiva. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 22, n. 1, p. 142-154, jan./abr., 2024. DOI: <<https://doi.org/10.33871/23594381.2024.22.1.9109>>.

LIMA, Nádia Oliveira; PEREIRA, Léia Porto; MATOS, Selma Norberto. **Ensino colaborativo: entraves e lacunas na perspectiva da ação docente**. *Semana de Pedagogia, [S. l.]*, v. 2, p. 453–458, 2024. Disponível em: <http://anais2.uesb.br/index.php/seped/article/view/2530>. Acesso em: 29 abr. 2025.

LOPES, M. M. MENDES, E. G. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? **Revista brasileira de Educação**. v, 28. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, S. M. **O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial** 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. **Edupeb**. Campina grande, 2011. P 49-83.

MAURO, Fádia Yasmin Costa; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. O Atendimento Educacional Especializado e a Inclusão Escolar: Garantindo o Direito à Educação das Pessoas com Deficiência. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 140, fev. 2018. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9881/2017.v3i2.3750. Licença CC BY-NC-ND 4.0.

MENDONÇA, Ana Waley (org.) **Metodologia para Estudo de Caso**. UnisulVirtual, Palhoça, 2024.

MENDES, E. G.; VILARONGA, A. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EDUSFSCar, 2014.

METZKA, Nara; Oliveira, RHUBIA; Klinger, Ellen. (2022). Atuação e preparo do Profissional de Apoio na Educação Básica no Brasil. **Research, Society and Development**. 11. e518111638494. 10.33448/rsd-v11i16.38494.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criativa**. Petrópolis. Vozes, Rio de Janeiro, 1996.

NOZU, Washington Cesar Shoiti et al. Inclusão de alunos da Educação Especial em escola do campo: possibilidades de um trabalho colaborativo? **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, p. e8972-e8972, 2020. Doi: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e8972>

OLIVEIRA, Fabiola Rolim de; ARAÚJO, Michael Douglas Batista de; SILVA, José Lindemberg Bernardo da. **O papel do professor na educação inclusiva**. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PEREIRA, Talita de Castro; FREITAS, Maria Cecilia Martínez Amaro. **O papel do professor de apoio na escola regular**. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18131/1/TC2%20Talita.pdf> Acesso em 30 de abril de 2025

PIOVEZAN, Camila Carlini Bonilha; VILARONGA, Carla Ariela Rios. Nomenclaturas e atribuições dos profissionais de apoio escolar nas redes estaduais brasileiras. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, SP, v. 35, n. 69, e09[2025]. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/1981-8106.v35.n.69.s17600>. eISSN: 1981-8106.

RANZAN, Mayara Erbes; COSTA, Maria da Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Profissional de apoio escolar: perfil e atuação em um município do interior paulista. **Revista de Educação, Cultura e Sociedade**, Sinop/MT/Brasil, v. 10, n. 2, p. 283-297, jul./dez. 2020. ISSN: 2237-1648.

RIBEIRO, Thiago; CASA, Gabriela Mesa. **A educação especial no Brasil: legislação e breve contexto histórico**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334081117_A_EDUCACAO_ESPECIAL_NO_BRASIL_LEGISLACAO_E_BREVE_CONTEXTO_HISTORICO Acesso em 21 de março de 2024.

RICARDO, Débora Cristina; SAÇO, Livia Fabiana; FERREIRA, Eliana Lúcia. O desenho universal na educação: novos olhares diante da inclusão do ser deficiente. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. esp. 2, p. 1524-1538, ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n.esp.2.10083>. E-ISSN: 1982-5587.

SANTOS, Khetlen Bitencourt; PEREIRA, Lílian De Lima; MACIEL, Aline Santana Pureza. **Educação Inclusiva: os Desafios da Atuação do Profissional de Apoio Escolar. Educação básica em foco**. v. 2, n. 2. 2021.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 30 de abril de 2025.

XAVIER, Letícia de Sousa Nascimento; SOUZA, Christianne Thatiana Ramos de. A atuação e as atribuições do profissional de apoio: contrapontos da escola e legislação. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 259-281, maio/ago. 2023.

ZILLOTTO, Denise Macedo; BURCHERT, Amanda. **O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial**. Roteiro, Joaçaba, v. 45, e21096, jan. 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100511&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 abr. 2025. Epub 22-Jun-2020. <https://doi.org/10.18593/r.v45i0.21096>.